

Hoje, eu trago uma boa notícia e um alerta. A boa notícia é que já temos 1.200 Comissões de Conciliação Prévia em todo o País. Essas Comissões de Conciliação estão mudando as relações entre patrões e empregados porque solucionam os conflitos trabalhistas em poucos dias e a baixo custo. Pendências que esperavam dez anos por uma solução, agora, são resolvidas em até uma semana.

Mas eu preciso fazer o alerta. Há pessoas que, infelizmente, estão desvirtuando a função das Comissões de Conciliação. O Ministério do Trabalho e Emprego tem recebido denúncias de que algumas Comissões estão dando quitações irregulares e cobrando dos trabalhadores percentuais sobre o resultado das conciliações.

O Ministério está ouvindo a associação dos magistrados e representantes de centrais sindicais para avaliar a extensão e a natureza dessas irregularidades. Nos próximos dias, nós teremos um quadro completo dessa situação. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho está fazendo um acordo de cooperação com as confederações patronais, as centrais sindicais e o Ministério Público do Trabalho.

Essas entidades vão definir novas regras de funcionamento e de controle das Comissões de Conciliação para evitar qualquer tipo de abuso. Tudo que for considerado irregular será enviado para o Ministério Público e os responsáveis vão responder por isso.

Eu lamento profundamente que isso esteja acontecendo. A criação das Comissões de Conciliação Prévia foi um passo importante para melhorar as relações trabalhistas. As Comissões desafogam a Justiça do

Trabalho. Elas evitam que sejam colocados na Justiça milhares de ações. E, o que é melhor, beneficiam enormemente o trabalhador: a solução é rápida e o pagamento imediato. Nós vamos manter essas conquistas a qualquer preço.